Ano XI - Nº 4.535

Terça-feira, 2 de Junho de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Homenagem ao Dia da Amizade e aos 50 anos do Baba da Chiada

A sessão especial foi requerida pelo vereador Moisés Rocha



Foto: Antonio Queirós

Em sua justificativa, o vereador Moisés Rocha (PT) disse que o Dia da Amizade (20 de julho) é a data que motivou a realização do evento. "A amizade é uma palavra fantástica e o que me motivou a celebrar com os membros do Baba da Chiada foi a comunhão do grupo que, além da prática esportiva, se caracteriza pelas ações filantrópicas".

Leia mais na página 3



Fotos: Internet

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001
BUREAU VERITAS Certification

Pesquisa mostra perfil dos profissionais de enfermagem

Evento mostrou dados específicos sobre os profissionais de enfermagem na Bahia e um panorama nacional da área

Os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, por iniciativa do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), foi apresentada na tarde da sexta-feira (29), no Centro Cultural da Câmara, em um encontro dedicado a profissionais de saúde. A pesquisa inédita mostrou dados nacionais e locais sobre a situação atual da enfermagem.

Fotos: Antonio Queirós



De acordo com o estudo, a enfermagem no Brasil é composta por 75% de técnicos e auxiliares de enfermagem e 25% de enfermeiros, 73% dos profissionais baianos estão na capital. A pesquisa ainda mostrou que há mais homens trabalhando na área, que os salários são baixos e há desgaste profissional e exploração.



A vereadora Aladilce Souza (PCdoB), que também é enfermeira, falou que os resultados apresentados são impactantes. "É um convite à reflexão e união. Precisamos lutar para reverter essa realidade e para que a valorização corresponda ao serviço de saúde", afirmou.

Segundo a presidente do Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (Coren-BA), Maria Luisa de Castro Almeida, a pesquisa servirá como uma ferramenta importante. "Essa pesquisa tem sido muito esperada, pois fortalecerá a luta da enfermagem brasileira. A ideia é multiplicar e levar os resultados para toda a Bahia", declarou.

Leo Prates indica equipamento de ginástica adaptado para deficientes

Proposta, conforme o vereador, repercute em inclusão social

Com o objetivo de inserir os portadores de deficiência na vida social da cidade, o vereador Leo Prates (DEM) propôs ao prefeito ACM Neto, por meio do Projeto de Indicação nº 160/15, a instalação, em várias áreas da capital baiana, de aparelhos de ginástica adaptados às necessidades desses usuários.

"Existem aparelhos de ginástica espalhados pela cidade, mas nenhum voltado a esse grupo. A atual administração municipal tem mostrado esforço para integrar os deficientes físicos a todo tipo de serviço da cidade e essa medida vem para afirmar mais uma vez esse compromisso", declarou Leo Prates na justificativa da indicação.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador Leo Prates

De acordo com o vereador, a implantação deve ser em áreas dedicadas ao condicionamento físico. "Parques, áreas da orla marítima e centros esportivos são os locais perfeitos para inserir os equipamentos, sendo pelo menos dois aparelhos voltados exclusivamente para pessoas com deficiência física", detalhou.

Para o vereador e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ) da Câmara, a medida implica diretamente em qualidade de vida das pessoas com deficiência e que pratica atividade física. "É uma forma de influenciar positivamente a saúde dessas pessoas, repercutindo ainda em igualdade e integração social", completou.

Sessão especial destaca o Dia da Amizade e os 50 anos do Baba da Chiada

Evento comemorativo foi requerido pelo mandato do vereador Moisés Rocha

Fotos: Antonio Queirós



A importância da amizade e da mobilização social recebeu o destaque da Câmara Municipal de Salvador na noite de quinta-feira (28), no Plenário Cosme de Farias. Através de uma sessão especial requerida pelo vereador Moisés Rocha (PT), o trabalho desenvolvido por um grupo de amigos que se reúne há 50 anos foi homenageado pela Casa Legislativa.

"Não é uma homenagem a um baba, é uma homenagem a um grupo de amigos que se reúne para celebrar a amizade e a importância das ações sociais", justificou Moisés Rocha, logo após a execução do Hino Nacional e o Hino ao Dois de Julho, que marcaram a abertura do evento.

Ainda em sua justificativa, o vereador disse que o Dia da Amizade (20 de julho) é a data que motivou a realização do evento. "A amizade é uma palavra fantástica e o que me motivou a celebrar com os membros do Baba da Chiada foi a comunhão do grupo que, além da prática esportiva, se caracteriza pelas ações filantrópicas", disse.

Ao frisar que a célula do Baba da Chiada é formada por funcionários aposentados da Petrobras, o vereador Moisés Rocha destacou com humor os benefícios da atividade. "Eles não dão trabalho ao serviço médico da Petrobras, porque muitos deles com mais de 70 anos não sentem nenhum problema físico, por causa da prática esportiva. E mais, não apresentam problemas psicológicos porque estão sempre fazendo o bem entre eles e aos que precisam", pontuou.



Durante a sessão especial, o tom festivo foi dado pelo Chiada Show, grupo musical formado por associados do Baba da Chiada, que recebeu este batismo por causa "dos coroas que falavam muito durante os jogos", como explicou um dos membros.



Cunho social e familiar

O Baba da Chiada foi formado em 27 de maio de 1965, na Praia da Feirinha, no bairro do Bonfim. Após 30 anos no local de origem, os integrantes escolheram um campo localizado na Avenida Barros Reis para abrigar os 100 membros associados, que se reúnem todos os domingos a partir das 6h30. Para se associar ao grupo é preciso ter acima de 45 anos.

Segundo o presidente do Baba da Chiada, Otacílio Santiago, 69 anos, "a maior característica do Baba é o trabalho de cunho social e familiar". Ainda de acordo com Santiago, o Baba da Chiada costuma desenvolver atividades que angariam donativos para contribuir com instituições sociais como a Casa de Mãe Preta, na Ladeira da Montanha, e entidades que apoiam a luta contra o câncer.

A importância do projeto passa ainda pela comunhão das esposas dos membros, que faz com que cinco delas além de compreender participem como sócias contribuintes.

Além do vereador Moisés Rocha, a mesa foi composta pelo presidente do Baba da Chiada, Otacílio Santiago; o ex-deputado federal Luiz Alberto; o vice-presidente do Baba da Chiada, Edson Hélio Bonfim; a diretora social Marine Bisete; a presidente da Feasapeb, Marise Sansão; o representante do Sindipetro, Antônio Vieira; e os membros do Baba, Valdemar Gabriel e Francisco Mello.

Kátia Alves apresenta Projeto "Casa de Parto"

Integrantes da Pastoral da Criança e agentes de saúde participaram do encontro

A vereadora Kátia Alves (DEM) apresentou à Pastoral da Criança e aos agentes de saúde em Salvador o Projeto de Indicação nº 132/15, que propõe a implantação de Centros de Parto Normal na capital baiana. No encontro, realizado na manhã de segunda-feira (1º) no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Câmara Municipal, sugestões foram colhidas para serem analisadas e possivelmente incorporadas à proposta original da legisladora.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Kátia Alves fazendo apresentação no auditório do Edifício Bahia Center, anexo da Câmara

A proposta da Casa de Parto tem como objetivo adequar as taxas locais ao padrão estabelecido pela Organização Municipal de Saúde (OMS) e qualificar o serviço público de saúde municipal, oferecendo, de acordo com Kátia Alves, "uma alternativa de atendimento humanizado às parturientes, uma vez que o número de leitos de obstetrícia cirúrgica em Salvador é considerado insuficiente, especialmente em função da elevada demanda da região metropolitana".



De acordo com informações do Sistema Único de Saúde, 84% dos partos no Brasil são cesarianas, muito acima do índice recomendado pela OMS, fixado em 15%.

"As contribuições colhidas nesse encontro serão analisadas e possivelmente incorporadas ao projeto. Novos encontros continuarão a ser realizados com o intuito de aprimorar a proposta", declarou Kátia Alves.

Servidores da Câmara aderem ao "Maio Amarelo"

Ação abraçada pela Coordenação Financeira mostra a importância da educação no trânsito

Com o sucesso das ações "Outubro Rosa" e "Novembro Azul", os servidores do setor de Coordenação Financeira (Cofin), ligado à Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Salvador, aderiram no mês de maio à campanha "Maio Amarelo". A mobilização nacional chamou a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo.

Foto: Divulgação/Cofin



Coordenação Financeira adere à campanha

De acordo com Humberto Rohrs, chefe da tesouraria da Câmara, a formalização da ação no Cofin aconteceu na terceira semana do mês da mobilização. "Conhecemos a campanha através das divulgações que foram feitas em programas de TV e outdoors espalhados pela cidade. Simpatizamos com a iniciativa e aderimos à ação. É uma questão importante e quanto mais conscientização das pessoas, melhor", explicou.

Além de Humberto, os servidores Luciano Elias, Fernanda Noronha, Caio Santana e Deise Silva também participaram da ação.

Significado

O "Maio Amarelo" é uma ação coordenada entre o Poder Público e a sociedade civil. A ideia é chamar a atenção para a educação no trânsito. O movimento coloca em pauta o tema segurança viária, mobilizando a sociedade e envolvendo diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada. O site www.maioamarelo.com tem mais informações sobre a ação.

Comissão discute ações em favor de crianças e adolescentes

A Comissão Especial de Defesa da Criança e do Adolescente realizou uma reunião na tarde de segunda-feira (1), presidida pelo vereador Hilton Coelho (PSOL), no Plenário Cosme de Farias, para decidir algumas ações referentes às políticas que apoiam os direitos das crianças e dos adolescentes.

Entre os assuntos, a realização de uma audiência pública para levantar as condições dos conselhos tutelares e a participação na Conferência Municipal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Estiveram presentes os vereadores Luiz Carlos (PRB), Aladilce Souza (PCdoB), Vânia Galvão (PT) e Sílvio Humberto (PSB).

A próxima reunião será no dia 15 de junho, às 9h, no Edifício Bahia Center.

Foto: Antonio Queirós



Vereadoras Vânia Galvão e Aladilce Souza; e vereadores Hilton Coelho e Luiz Carlos Souza

Odiosvaldo Vigas critica corte de verba para saúde

Vereador sugere que o dinheiro recuperado no desvio da Petrobras seja aplicado no SUS

Em discurso no Plenário Cosme de Farias da Câmara, na segunda-feira (25), o vereador Odiosvaldo Vigas (PDT) criticou o Governo Federal pelo corte de R$ 69,9 bilhões, para este ano, do Orçamento Geral da União, atingindo diretamente as áreas da saúde e educação.

"É impossível que o governo corte recursos da saúde, que já é um caos. Todos os países do mundo passam por dificuldade financeira, mas nem todos cortam dinheiro de uma área tão imprescindível aos cidadãos como é a saúde".

O vereador sugeriu que o governo use o dinheiro que está sendo recuperado dos desvios que aconteceram na Petrobras para a saúde, educação e segurança.

"Isso não ia solucionar o problema, mas amenizaria. Ao invés de querer recuperar o status financeiro da Petrobras, o governo podia usar esse dinheiro no Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo. A Justiça já conseguiu recuperar mais de R$ 1 bilhão", destacou o vereador Odiosvaldo Vigas.

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereador Odiosvaldo Vigas

J. Carlos Filho solicita gratificação para rodoviários

Vereador quer que o benefício seja obrigatório para aqueles que trabalham durante o Carnaval

O vereador J. Carlos Filho (sem partido) solicitou à prefeitura, por meio do Projeto de Indicação nº 191/15, a obrigatoriedade do pagamento de gratificação para os rodoviários, no período do Carnaval. Para o vereador, o objetivo da ação é equiparar os rodoviários com os demais profissionais que atuam no circuito da festa.



Vereador J. Carlos Filho

De acordo com J. Carlos Filho, o benefício irá valorizar o trabalho da categoria durante a realização do evento. "No período da festa os demais profissionais que executam alguma atividade na folia ganham um valor a mais pelo trabalho. Portanto, nada mais justo que essa gratificação se torne um benefício obrigatório para categoria", disse.

Na avaliação do vereador, o evento requer uma maior responsabilidade e esforço dos rodoviários. "Além disso, tem a questão da segurança e os riscos que estes profissionais são expostos. O benefício seria um incentivo justo para categoria", argumentou.

CÂMARA MUNICIPAL

29ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA
REALIZAÇÃO: 3 DE JUNHO DE 2015 – 14h30min.

Leitura, Discussão, Votação da Ata (2º secretário)
Leitura do Expediente (1º secretário)

ATA

26ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR ORLANDO PALHINHA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR LUIZ CARLOS DE SOUZA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR DUDA SANCHES (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 155/15 da vereadora Cátia Rodrigues, 156/15 da vereadora Ana Rita Tavares, 157/15 do vereador Odiosvaldo Vigas, 158 a 160/15 do vereador Isnard Araújo, e 161 a 163/15 do vereador Geraldo Júnior; Projetos de Indicação n.s 193 e 194/15 da vereadora Cátia Rodrigues, 195/15 do vereador Isnard Araújo, e 196 a 211/15 do vereador Geraldo Júnior; Projetos de Resolução n.s 26 e 27/15 do vereador Luiz Carlos Suica; Projeto de Lei Complementar n. 01/15 do vereador Léo Prates; Requerimentos n.s 155/15 da vereadora Vânia Galvão, 156/15 do vereador Euvaldo Jorge e 157/15 do vereador Isnard Araújo. Terminada a leitura do Expediente, pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues pediu, mediante consulta à bancada de Oposição, a inversão da pauta, para seguirem diretamente à votação da Ordem do Dia. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão pediu a suspensão de sua licença. Pela ordem, o vereador Moisés Rocha parabenizou o assessor Aurelino de Souza pelo seu aniversário. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou inscrição para os Registros e parabenizou o assessor. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos Suica disse que a Oposição não concordava com a inversão da pauta. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues reiterou pedido para a inversão. O Senhor presidente Orlando Palhinha chamou os inscritos para procederem aos registros enquanto não houvesse acordo sobre inversão da pauta. Nos **Registros**, o vereador Luiz Carlos de Souza declarou apoio ao movimento contra a redução da maioridade penal, que se manifestava em frente à Casa. Observou que a Constituição Federal garante direitos aos menores em seu art. 227, os quais não lhes são propiciados pelo Estado, pela sociedade e pelas famílias. Considerou o sistema sócio-educativo, apesar dos problemas, mais adequado para os jovens que o sistema prisional. Em comunicação inadiável, o vereador Gilmar Santiago associou-se ao orador. Pela ordem, o vereador Sabá parabenizou o PDT pelos seus 35 anos e lembrou Leonel Brizola, principal figura do partido. Pela ordem, associou-se o vereador Gilmar Santiago. O vereador Arnando Lessa informou que, no dia anterior, a Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente intencionou realizar reunião, mas não houve *quorum*, e que ele e mais dois membros da referida Comissão realizaram visita à Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na qual tiveram conhecimento de que outro prédio na Ladeira da Montanha estava na iminência de desabar. Concluiu solidarizando-se com o vereador Antônio Mário, que fora tratado de forma descortês por preposto da Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador). Pela ordem, o vereador Duda Sanches informou que a Comissão de Saúde enviou Ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando verificação e providências preventivas quanto ao vírus da Zica nos casarões da Ladeira da Montanha. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha convidou todos para a Sessão Especial do Dia da Família às 19h. O vereador Everaldo Augusto informou que a Comissão de Direitos do Cidadão realizou audiência pública sobre direitos dos usuários de estacionamento e segurança. Registrou a obrigatoriedade de fornecimento de nota fiscal e disponibilização de sanitários e criticou o pagamento de impostos pela receita presumida. Explicou que, na audiência, estiveram representantes do Ministério Público, Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), Sindicato de Guardadores de Carros de Salvador (Sindguarda) e Sindicato dos Comerciários. E que ficou deliberado cobrar fiscalização e solicitar da Procuradoria do Município que analisasse a proposta de cobrança de estacionamento pelos *shoppings centers*. O vereador Luiz Carlos Suica, sobre a maioridade penal, reafirmou preocupação com as mortes de jovens negros e pobres. Sobre a votação do dia, recomendou cuidado para que a Casa não aprovasse algo passível de judicialização. Anunciou a posição da bancada da Oposição, especialmente o PT, contrária ao Projeto da Outorga Onerosa. O vereador Carlos Muniz criticou propaganda da Prefeitura que informa ter sido, o último mês de abril, o mais chuvoso em 20 anos. Contou ter consultado instituto meteorológico, apurando ter havido índices pluviométricos mais altos em 2005, 2006 e 2010. Disse ser a primeira vez em que via mentira em propaganda de gestor, e pediu que ela fosse retirada. O vereador Sílvio Humberto pediu atenção à mobilização na área externa e considerou a posição contrária à redução da maioridade penal um compromisso com a vida e o futuro da juventude, cujos direitos são violados. Lamentou que não houvesse investimento em Educação, enquanto há iniciativa para um Projeto como a PEC 171, sobre a redução da maioridade penal. Defendeu o trabalho educacional como o que traz resultados positivos para os jovens, e lembrou a noção de que a juventude não é problema, é solução. O vereador Gilmar Santiago associou-se aos vereadores Sílvio Humberto e Luiz Carlos de Souza quanto à maioridade penal. Pediu atenção da Casa sobre o fato de o prefeito haver anunciado mais 25 milhões de reais para a requalificação da Barra, e um bilhão de reais para BRT que ligará a Lapa à região do Iguatemi. Contou ter pesquisado sobre esse custo, verificando ser mais caro que a média, que é de 16 milhões por quilômetro. Disse ainda que o equipamento cobrirá trajeto já coberto pelo Metrô. Lamentou que o prefeito tivesse, em recente reunião com a presença da Oposição, informado a derrubada de muitas árvores. A vereadora Aladilce Souza associou-se à defesa da não-redução da maioridade penal e pediu reforma do 9º Centro de Saúde no Nordeste de Amaralina, que se encontra em estado caótico. O vereador Toinho Carolino lamentou a falta de aulas na rede municipal, atribuindo a responsabilidade à Prefeitura, que não busca negociar com os professores. E advertiu para uma possível judicialização da aprovação da Outorga Onerosa com 22 votos. A vereadora Vânia Galvão declarou posição contrária à redução da maioridade penal, reportando-se à fala do ex-presidente Lula em que fez referência aos crimes praticados pelo Estado brasileiro contra jovens negros e pobres e contra seus pais, avós e antepassados. Passando-se à Ordem do Dia, iniciou-se a apreciação do Projeto de Lei n. 201/14 (Outorga Onerosa), com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final (CCJ). O Senhor presidente Paulo Câmara encaminhou o Projeto às Comissões Conjuntas de Finanças, Orçamento e Fiscalização e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. O relator, vereador Cláudio Tinoco, disse que o Projeto estava há oito meses em tramitação e ressaltou seus objetivos: reconhecer, em Lei específica, conforme preconiza o Estatuto da Cidade, a forma de cálculo, substituindo o Valor Unitário Padrão (VUP) pelo Custo Unitário Básico (CUB); corrigir distorção causada pela Lei aprovada em 2013, que modificou a planta genérica impactando-a exageradamente; estabelecer limite ao uso das Transferências do Direito de Construir (Transcons). Explicou que, quanto à extinção do Fundo de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs), visa a um maior domínio do Executivo sobre a destinação dos recursos da Outorga Onerosa e incremento da capacidade construtiva. Discutiram contra, nas Comissões, os vereadores Aladilce Souza e Sílvio Humberto, reputando o Projeto inconstitucional e inadequado, por tratar de matéria do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). A vereadora Aladilce Souza observou ter havido três votos em separado apontando inconstitucionalidade do Projeto e opinou que ele deveria ter sido retirado para as necessárias adequações. Disse que a escassez de informações sobre as alterações no cálculo do valor da outorga torna difícil a avaliação sobre o impacto nas finanças. Opinou ainda que o Projeto deveria alterar o Código Tributário quanto a regra que influencia o Valor Unitário Padrão (VUP), o que também corrigiria o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Disse que foi alterado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), no bojo do qual, entende que deveria ter vindo o Projeto. Destacou a importância do Fundurbs, ameaçado pelo Projeto. Na Comissão de Planejamento Urbano, o vereador Gilmar Santiago leu seu voto, o qual apontava regras possivelmente favoráveis às grandes construtoras. Comentou os impactos à saúde dos cidadãos. Explicou a importância do Fundurbs para uma boa política fundiária urbana, a qual considera necessitar de várias fontes de receita, e não, apenas, a Outorga Onerosa. Criticou a redução, pelo prefeito, da participação da sociedade no Conselho da Cidade. Considerou inconstitucional a alteração do PDDU pelo Projeto, o que vê favorecer o mercado imobiliário, que terá controle das políticas, com prejuízo para os cofres públicos. Sintetizou sua contrariedade ao Projeto em três pontos: forma do cálculo do valor da outorga; extinção do Fundurbs; e modificações sobre as Transcons. O vereador Léo Prates, declarando voto em separado, refutou acusações a respeito do Conselho da Cidade, dizendo que podem ser desmentidas pela sua ata de reunião. Pediu o apensamento, ao processo legislativo, do seu voto, que era majoritário em razão dos que o subscreveram. Explicou que extinção do Fundurbs não é matéria de PDDU, e que, por Lei, o fundo "poderá existir", tendo sido, por opção, colocado no bojo do PDDU. Questionou aspectos jurídicos do voto lido pelo vereador Gilmar Santiago. Explicou que o CUB foi criado por Lei federal e já é utilizado em outras capitais. O vereador Arnando Lessa informou reunião do diretório municipal do PT, que decidiu pela posição da bancada em votar contra o Projeto, a despeito da Emenda do vereador Edvaldo Brito. Declarou acreditar na negociação e na busca do aperfeiçoamento das propostas. Na sequência, o Parecer conjunto foi aprovado. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos Suica registrou coletânea de artigos e discursos, elaborada por sua Assessoria, que disponibilizou aos pares. O vereador Cláudio Tinoco solicitou a retirada do Projeto de Lei n. 137/15. Em 2ª discussão o Projeto, o vereador Everaldo Augusto considerou que, por coerência, o IPTU devia ser proposto no mesmo patamar do disposto no Projeto que visa a resolver os problemas do setor da construção civil, no momento em retração. Disse que a Outorga Onerosa é objeto do Estatuto da Cidade e instrumento do PDDU. Assim, disse entender que o Projeto é inconstitucional. Considerou o voto em separado consistente, mas não convincente. Em aparte, o vereador Léo Prates respondeu que o art. 30 do Estatuto da Cidade respalda o cálculo por Lei específica, ao que o orador refutou que o Projeto não trata apenas do cálculo. Questionou, também, a liberalidade para aplicação dos recursos. Discutindo a favor, o vereador Henrique Carballal inicialmente disse que se está no segundo mês de maio mais chuvoso desde que se têm registros pluviométricos. Refutou as considerações do vereador Gilmar Santiago sobre o BRT. Elogiou a flexibilidade da bancada de Governo quanto ao Fundurbs, objeto de Emenda do vereador Edvaldo Brito tendente a mantê-lo, e criticou a permanência, apesar disso, de uma postura "do contra", motivada por diretriz partidária. Informou que, durante a atual gestão estadual, 11 mil vagas de emprego foram fechadas, sendo 7 mil delas na construção civil, e lamentou que a Oposição não colaborasse para uma possível solução. Afirmou que os interesses dos possuidores de Transcons é que seriam contrariados com a nova Lei. Em aparte, o vereador Paulo Magalhães Júnior elogiou o discurso e criticou a Oposição por não aceitar o Projeto, mesmo com a Emenda sobre o Fundurbs. O vereador Carlos Muniz, discutindo contra, questionou sobre o prejuízo que teriam os possuidores de Transcons e afirmou que o prefeito trabalha para os mais ricos. Pela ordem, o vereador Paulo Magalhães Júnior pediu que o orador se ativesse ao Projeto. O Senhor presidente Cláudio Tinoco endossou o pedido. O vereador Carlos Muniz observou que as pessoas mais pobres não possuem Transcons e considerou inconstitucional o Projeto. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago elogiou o discurso e considerou fraco e falso o Fundurbs a ser mantido pelo Projeto. Explicou que, com o novo cálculo, o metro quadrado terá o mesmo valor em toda a cidade, o que favorece o poder econômico. Opinou que será gerada uma bolha semelhante à que viu ser criada com o PDDU. Pela ordem, o vereador Duda Sanches pediu que a Mesa não permitisse se tratar de temas externos ao Projeto. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza discordou, vendo cerceamento da discussão. O Senhor presidente respondeu que não haveria cerceamento, mas sim, disciplina para os trabalhos. O vereador Carlos Muniz disse que o CUB seria gerido por sindicato patronal. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza lembrou que, a respeito do Fundurbs, o PDDU prevê o uso de contrapartidas para investimentos de interesse social, o que seria extinto. O vereador Carlos Muniz disse que discussões tidas como externas se iniciaram com o vereador Henrique Carballal, não tendo sido rejeitadas na fala daquele edil. O vereador Léo Prates congratulou-se com a bancada do Governo e comentou a Emenda do vereador Edvaldo Brito que mantém o Fundurbs com recursos da Outorga e do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITIV). Registrou que o Projeto estava na Casa desde 2014 e teve a solicitação da Oposição, para retirada da urgência, atendida. Saudou a forma como a Oposição é tratada na Casa, diferente de como é tratada na Assembleia Legislativa do Estado. Houve solicitação de prorrogação da Sessão por 15 minutos, que foi aprovada. Pelos Tempos Partidários, a vereadora Aladilce Souza acrescentou que, além de os assuntos do Projeto serem matérias do PDDU, o Conselho da Cidade não foi ouvido e nem foram realizadas audiências publicas. Desejou que

o Fundurbs, que existe em vários estados e cujo modelo é o da Cidade de São Paulo, tivesse também os recursos da venda de terrenos. Criticou o uso de recursos da alienação de terrenos sem as restrições e o direcionamento previstos no PDDU. O vereador Hilton Coelho disse ver "engenharia" nos discursos para distorcer o sentido do que realmente deveria ser discutido. Ressaltou estar em questão o modelo de cidade e considerou que assuntos inerentes a isso eram tratados "retalhadamente". Opinou que o cálculo do valor da outorga deveria ser mais bem esclarecido, com atenção à questão da valorização do solo com construção verticalizada, fator influente no ganho do empresariado. Quanto a essa verticalização, também levantou as questões dos impactos de vizinhança e do saneamento básico. Considerou que o Conselho da Cidade não atua decisivamente nos importantes processos, sendo necessário seu fortalecimento, e que o autoritarismo do prefeito levava ao fim do Fundurbs. Contou visita a Fortaleza, onde viu a praia ser sombreada por prédios, e disse recear que o mesmo acontecesse em Salvador. Comentou sobre animais capturados em imóveis na região da Av. Paralela por causa da invasão da área verde pelas construções. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. O vereador Gilmar Santiago considerou que, à exceção do vereador Cláudio Tinoco, os membros da bancada do Governo utilizaram-se de argumentos bastante simplistas. Disse que o Conselho da Cidade não foi ouvido e indagou quantas reuniões ele fez. Em aparte, o vereador Léo Prates respondeu que o Projeto chegou em setembro de 2014, que o Conselho foi instalado neste ano, e que houve quatro reuniões tendo sido, em duas, tratado o assunto. Enalteceu as contribuições ao debate trazidas pelo orador e pelo vereador Arnando Lessa. O orador disse que requereria as Atas das reuniões do Conselho e reputou haver um conjunto de irregularidades na tramitação do Projeto, além de, no mérito, considerar que o conteúdo não contribui para a questão da habitação da população mais carente. Na oportunidade, observou a falta de políticas e o momento de aflição da população com as chuvas, o que enseja uma análise da opção de modelo dessa Administração municipal. Estabeleceu contraponto com a opção do Governo estadual, que colocou o Metrô em atividade, e criticou o anúncio de mais investimentos na Barra. Em aparte, o vereador Henrique Carballal informou, segundo o secretário Sílvio Pinheiro, a realização de quatro reuniões do Conselho da Cidade e anunciou a criação do *site* do órgão. Observou que o Metrô está em atividade com subsídio. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza disse que as quatro reuniões do Conselho da Cidade, instalado em outubro de 2014, foram para tratar de posse e Regimento. Concluiu que, tendo o Projeto chegado em setembro, já deveria ter sido apreciado no Conselho e ter sido criado o *site* do órgão. O orador refutou que o Projeto geraria emprego. O vereador Sílvio Humberto disse estar em jogo o modo de pensar a cidade: se democraticamente, com atuação do Conselho da Cidade, ou pelo "faz-de-conta" quanto ao Conselho. A Sessão foi prorrogada por mais 15 minutos. Contou sobre Projeto de Indicação seu para correção monetária sobre o limite de valor para isenção de imóveis. Disse querer discutir, além da inconstitucionalidade, o modo de calcular o valor da Outorga. Observou que a VUP vem de Lei federal e opinou que, para se mudar para o CUB, seria preciso considerar o custo de localização, sem o quê, a parte periférica de um bairro teria o mesmo valor que sua área central. Considerou o Fundurbs proposto abaixo de sua integralidade e disse que o PSB é contra o Projeto por ele só favorecer parcela da cidade. Encerrada a 2ª discussão, o Projeto de Lei n. 201/2014 foi aprovado, com seus artigos, contra os votos dos vereadores Luiz Carlos Suica, Arnando Lessa, Gilmar Santiago, Waldir Pires, Carlos Muniz, Hilton Coelho, Everaldo Augusto, Aladilce Souza e Toinho Carolino. O Senhor presidente leu os nomes dos vereadores que votaram a favor, contabilizando-se 28 votos. Continuando a votação, foi apresentada a Emenda, a qual foi relatada favoravelmente na CCJ, tendo o relator pedido que o Parecer fosse apensado ao Projeto. Colhendo-se votos nas Comissões, os edis Luiz Carlos Suica, Everaldo Augusto, Sílvio Humberto, Aladilce Souza, Arnando Lessa e Gilmar Santiago votaram contra, embora louvassem a iniciativa da Emenda, que foi aprovada. Houve nova prorrogação da Sessão por 15 minutos. Em 3ª discussão, o vereador Arnando Lessa reafirmou os argumentos da votação contrária ao Projeto. O vereador Cláudio Tinoco comentou as mudanças trazidas pela Emenda, considerando terem melhorado o Projeto com a manutenção do Fundurbs, e apelou à Oposição para votar a favor, assim favorecendo sete mil desempregados da construção civil. O vereador Luiz Carlos Suica comentou a postura da Oposição em favor da cidade e elogiou a colaboração do vereador Edvaldo Brito com a Emenda. Em aparte, o vereador Edvaldo Brito elogiou o orador e explicou ter sido ele referência na formulação da Emenda. Em aparte, o vereador Antônio Mário elogiou os vereadores Luiz Carlos Suica e Edvaldo Brito. Em comunicação inadiável, o vereador Léo Prates parabenizou a vereadora Cátia Rodrigues por seu aniversário. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha informou o cancelamento da Sessão Especial da Família, em razão do prolongamento desta Sessão, remarcando-a para 11 de junho. Em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco convidou para a reunião da Comissão de Finanças sobre o Relatório do primeiro quadrimestre, no dia seguinte, às 9h, no Centro de Cultura. A Sessão foi prorrogada por mais três horas. O vereador Gilmar Santiago destacou a importância do debate e da fidelidade partidária, pelo quê elogiou o PT. Considerou falha a abordagem centrada no Fundurbs, e que deveriam ter discutido mais o VUP e o CUB, tendo agradecido ao vereador Sílvio Humberto por haver se dedicado a isso. Em aparte, o vereador Cláudio Tinoco elogiou o discurso e a importância de os diversos partidos influenciarem as decisões. O orador afirmou que, não tendo havido 29 votos favoráveis ao Projeto, abria-se a possibilidade de a Oposição recorrer ao Judiciário. Em aparte, o vereador Vado Malassombrado criticou o Governo do Estado por não realizar obras na encosta de Pedra Furada e desapropriar imóvel em Massaranduba, e disse ser o prefeito que atende à população das palafitas. O vereador Gilmar Santiago respondeu que o vereador Vado Malassombrado fazia injustiça e observou que, dias atrás, ele demonstrara insatisfação com o prefeito. Pela ordem, o vereador Léo Prates apresentou Parecer indicando ser de 22 vereadores o *quorum* de aprovação, e pediu o apensamento da peça. O vereador Hilton Coelho reafirmou posição contrária ao Projeto e registrou o histórico do Fundurbs, que considera vir sendo desnutrido, a despeito da boa intenção da Emenda do vereador Edvaldo Brito. Associaram-se ao orador os edis Sílvio Humberto, que registrou a resiliência e a resistência da bancada da Oposição, e Gilmar Santiago, que ressaltou o debate que tem como pano de fundo o conceito de cada um sobre a Cidade, e mencionou o estado do "Bate-Estaca" e da Rua Nilo Peçanha, em decorrência das chuvas. O vereador Sílvio Humberto questionou por que interessaria à Prefeitura atingir o Fundurbs, já que seu interesse central (a Outorga) seria garantido sem isso. Em aparte, o edil Léo Prates respondeu que se corrigia a atecnia de matéria tributária ser tratada em PDDU. Em aparte, a edil Aladilce Souza disse que, por tal razão, bastaria excluir item normativo. O orador opinou que o cálculo do valor da Outorga não é justo, pois o valor é "congelado", enquanto a valorização do imóvel é variável com o tempo. Em aparte, o vereador Hilton Coelho questionou dados e voltou a considerar o Fundurbs "desnutrido". O orador concordou e alertou para o empobrecimento intencional do Centro da Cidade, para posterior ocupação do poder econômico. O Projeto de Lei n. 201/14 foi aprovado em 3ª discussão e até a Redação Final, com a Emenda, contra os votos dos vereadores: Aladilce Souza, Hilton Coelho, Everaldo Augusto, Luiz Carlos Suica, Sílvio Humberto, Gilmar Santiago e Arnando Lessa. Por fim, foi apreciado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Lei n. 01/15, antes relatado e aprovado na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e já com Parecer favorável da CCJ. Declarou voto contrário ao Projeto o vereador Hilton Coelho. O Senhor presidente informou acordo para votação do Regimento Interno no dia 15 de junho. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto convidou todos para avaliação das políticas municipais de cultura, no dia seguinte às 15h, no Ed. Bahia Center. Também declararam voto os vereadores Léo Prates e Joceval Rodrigues, os quais se congratularam com o Senhor presidente pela condução da Sessão e com o vereador Edvaldo Brito, pela Emenda. O vereador Edvaldo Brito agradeceu e, igualmente, congratulou-se com o Senhor presidente pela condução da Sessão. Nada mais havendo, o Senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Aladilce Souza e Odiosvaldo Vigas.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA MESA DIRETORA

ATO N.º 895/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, **RESOLVE:**

Aposentar o Sr. **DILTON DOS ANJOS BITENCOURT**, cadastro n.º 2.029, no cargo de Assistente Legislativo Municipal, Nível 5, Classe C, da Tabela 3, do Quadro de Pessoal desta Câmara Municipal de Salvador, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47 de 2005, cabendo ao Instituto de Previdência do Salvador - PREVIS fixar os proventos de sua aposentadoria na forma da legislação pertinente, observada a regra de reajustamento do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Salvador, 29 de Maio de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

ATO N.º 896/2015 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 36 do Decreto Legislativo 944/2010, **RESOLVE**:

Promover para a letra "T", na Tabela de Gratificação por Avanço de Competência do cargo de Assistente Legislativo Municipal, a servidora LUCIA MARIA CORREA RIBEIRO, cad. 3.022, a partir de 25 de maio de 2015.

Salvador, 29 de maio de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

***RETIFICAÇÃO**

No resumo do CONTRATO CMS Nº 019/2015, publicado no DOL de 29 de maio de 2015, página 14.

Onde se lê:

PROCESSO DE ORIGEM CMS nº. 01506/2015

Leia-se:

PROCESSO DE ORIGEM CMS nº. 01506/2014

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Aposentadoria**

Cad.	Servidor	Nº Processo
2031	Joilson Oliveira Malta	00745/2015

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidor	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
2186	Ary Alves da Silva	00808/2015	3º e 4º	01/06/15 a 27/11/15 (180 dias)
3265	Edvaldo França Barreto de Souza	00665/2015	6º	01/06/15 a 30/06/15 (30 dias)
2056	Marilia Andrade dos Santos	00737/2015	6º	06/05/15 a 04/06/15 (30 dias)
2066	Herbene dos Santos Lima	00816/2015	4º	25/06/15 a 23/08/15 (60 dias)

ASSUNTO: **Solicitação de Férias Proporcionais**

Proc. nº	Servidor	Assunto
00284/2015	Fernando Oliveira Santos	Solicitação de Férias e 13º proporcionais

Câmara discute política de saneamento ambiental

Vereador Gilmar Santiago presidiu audiência pública e defendeu criação da Frente Parlamentar do Saneamento Ambiental

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadores visam colaborar na formulação do Plano Municipal de Saneamento Básico

A política municipal de saneamento ambiental foi tema de audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Salvador, na manhã desta segunda-feira (1º), no Centro de Cultura. Dirigida pelo vereador Gilmar Santiago (PT), a atividade foi realizada em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, presidida pelo vereador Arnando Lessa (PT), e com a Frente Parlamentar Ambientalista da Assembleia Legislativa, coordenada pelo deputado Marcelino Galo (PT).

O vereador Gilmar Santiago afirmou que o objetivo da audiência é colaborar na formulação do Plano Municipal de Saneamento Básico e que, para isso, serão agendadas novas reuniões. Ele é também o articulador da Frente Parlamentar do Saneamento Ambiental da Câmara Municipal. "A frente será mista, com representantes da sociedade civil e de outras Casas Legislativas e pretende levar essa discussão para os bairros de Salvador", destacou o vereador.

O vereador Arnando Lessa chamou a atenção para a realização da licitação da limpeza pública que será a próxima audiência a ser realizada. O vereador propôs uma atividade conjunta entre a Frente e a Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, para debater o tema. O vereador Cláudio Tinoco (DEM), que também integra a Frente, destaca a importância da iniciativa. "É importante atrair a universidade e os diversos órgãos estaduais e municipais para que a cidade se aproprie das contribuições técnicas", afirmou Tinoco.

A vereadora Vânia Galvão (PT) falou sobre a necessidade de mais audiências públicas para ampliar a participação da sociedade. Já o colega Sílvio Humberto (PSB) defendeu o controle social das políticas públicas, principalmente na área do saneamento básico. "O problema não é o saneamento, é que tipo queremos adotar", disse.



Salvador tem 82% da sua população ligada à rede de esgoto. Isso significa que 530 mil pessoas lançam seus dejetos no meio ambiente ou fazem uso de fossa. Já a rede pública de distribuição de água atende a 98,5% da população. "O percentual de 1,5% restante corresponde a 40 mil habitantes, o que representa a população de muitos municípios. Devemos atender a 100% da população, pois isso reflete diretamente na saúde delas", avaliou o engenheiro Luiz Moraes, professor da Ufba e pós-doutor em Gestão de Saneamento Básico pela Universidade do Minho (Portugal).

Panorama

O saneamento básico no país está dividido em tratamento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (lixo). No caso de Salvador, a Embasa gerencia os dois primeiros componentes e a prefeitura fica encarregada dos outros dois.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), aprovado sob a lei 7.400/2008, obriga a prefeitura a instituir um plano municipal de saneamento. "A prefeitura criou uma comissão para discutir com a Embasa todas as questões relacionadas ao saneamento básico com o objetivo de estabelecer o nosso plano dentro do prazo", esclareceu o coordenador de Infraestrutura e Saneamento Básico, da Secretaria Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil (Sindec), Carlos Vicente da Silva.

Ele se refere ao Plano Municipal de Saneamento Básico cujo prazo para apresentação ao Governo Federal é até 31 de dezembro. A não apresentação vai acarretar na suspensão dos financiamentos federais para a área.

Também participam da audiência pública o deputado federal Afonso Florence (PT); o ouvidor-geral do Estado, Yulo Oiticica; a defensora pública Eva dos Santos Rodrigues, representando o defensor público geral; o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sindae), Clériston Macêdo, e moradores de comunidades afetadas pelas chuvas em Salvador.